

Sobre os ataques à Educação Pública em Mato Grosso

Em audiência na Assembleia Legislativa, o secretário de Estado e Educação, Permínio Pinto, fez uma avaliação positiva do Processo Seletivo Simplificado, afirmando que aumentou o nível de qualificação dos contratados. Ainda falou de seus novos planos: uma avaliação externa que será feita com os alunos do 2º, 4º, 6º e 8º ano do fundamental e 1º e 2º do Ensino Médio. Ainda tem outra: uma tal escola para gestores que focará na formação dos diretores das unidades escolares.

Segundo o secretário, “a Seduc está trazendo a expertise de uma instituição que atua em outros 18 estados. Desta forma, Mato Grosso terá sua própria avaliação”.

Quer saber qual é a instituição? A descrição pode ser encontrada no seguinte endereço <http://institucional.caed.uff.br/quem-somos/>.

O Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora, é uma instituição que operacionaliza (elabora e desenvolve) programas estaduais e municipais destinados a mensurar o rendimento de estudantes das escolas públicas. A instituição também cria e promove cursos de formação, qualificação e aprimoramento aos profissionais da Educação de diversos estados do Brasil, além de desenvolver software para a gestão de escolas públicas (como os projetos SisLAME e SIMADE) com o objetivo de modernizar a gestão educacional. O CAEd oferece, ainda, apoio para o desenvolvimento de projetos educacionais promovidos por iniciativas privadas, a exemplo de algumas ações da Fundação Roberto Marinho, Instituto Unibanco e Fundação Oi Futuro.

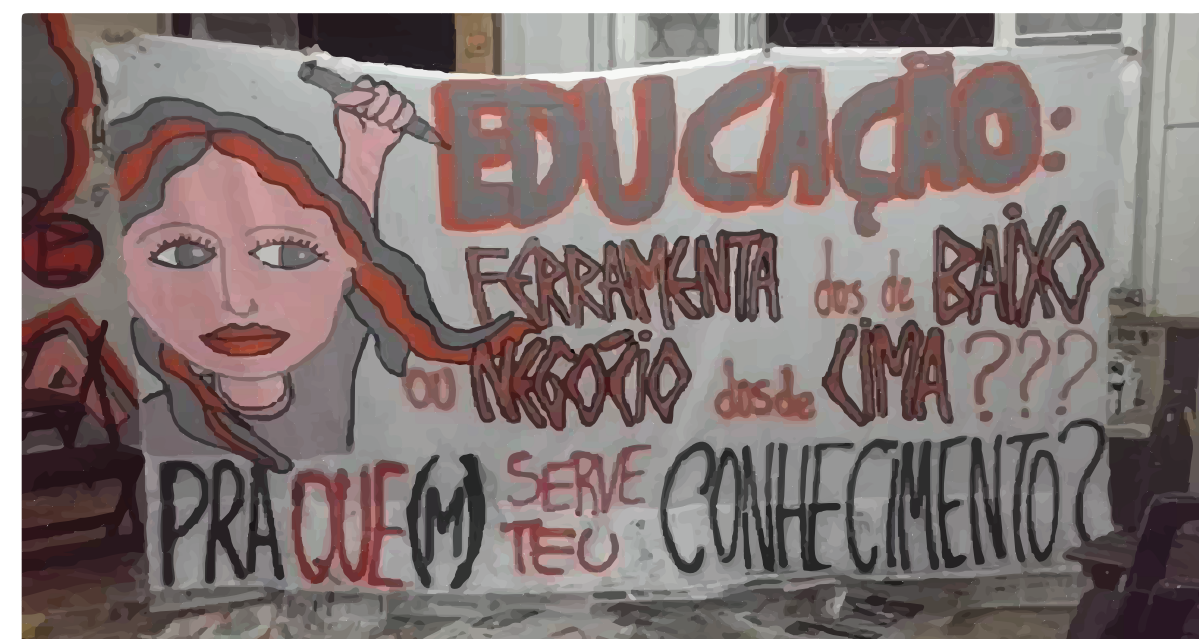
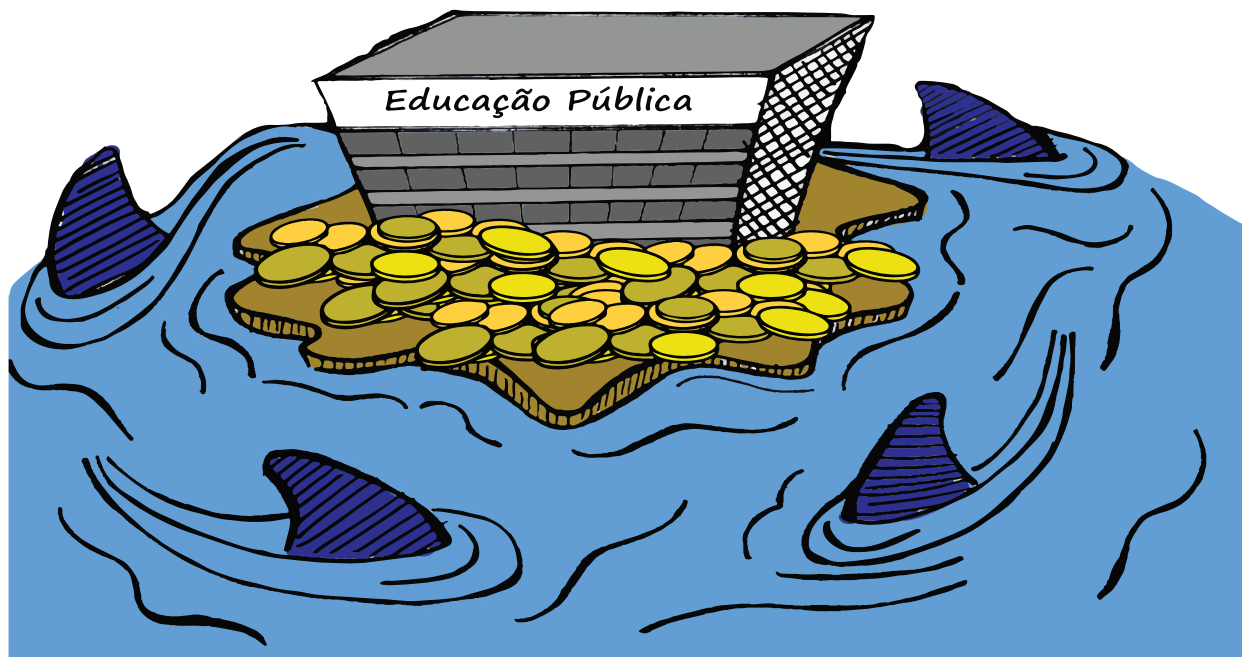
Está aí! Projetos educacionais financiados pela iniciativa privada! Alguma dúvida de que caminhamos para um processo de privatização?

Algumas denúncias feitas onde essa empresa já vem atuando

No Amazonas, houve uma denúncia de cobranças irregulares feitas para que os educadores APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO tivessem efetivado sua estabilidade. Observem: obrigatoriedade de realizar curso de formação online, de 2 horas diárias, pelo Centro de Políticas Públicas de Avaliação e Educação (Caed) da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, e serem aprovados numa avaliação final como pré-requisito para serem efetivados na Secretaria de Estado da Educação (Seduc).

Esses cursos deveriam ser feitos fora do expediente normal de trabalho. Como sabemos da realidade dos colégios hoje, com o investimento feito na educação, fazer isso na escola é impossível! Não existe estrutura como computadores nem mesmo acesso à internet. Além disso, fere as horas estabelecidas no edital do concurso, fazendo com que o trabalhador extrapole a jornada para a qual se compromissou. Sabemos ainda que haverá pressão, pois a formação que será dada aos gestores será a de CAPITÃO DO MATO, vigiar e punir os que se negarem a trabalhar fora de seu expediente.

(<http://radaramazonico.com.br/seduc-estaria-fazendo-cobrancas-abusivas-para-nao-efetivar-professores-que-passaram-em-concurso-publico/>)



Para obter resultados positivos nessas avaliações, vale tudo! Em Minas Gerais, houve denúncias de fraude nessas avaliações. Cobrados para obter resultados, os professores aplicadores orientaram os alunos a preencher os cadernos de prova a lápis, sendo que o preenchimento definitivo seria feito por funcionários do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora, que foram contratados pela Secretaria de Estado de Educação para elaborar as provas.

(http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2012/11/28_plenario_denuncia_rogerio_proeb.html)

NOSSA
CONQUISTA
É DO TAMANHO
DA NOSSA
LUTA

Por uma rápida passada de vistas, pode-se conhecer os reais interesses de instituições como o CAEd! Interesses comerciais, já que a instituição lucra e muito com o suposto trabalho contratado pelos governos e prefeituras. Tal Centro nada mais é do que uma empresa e seus fins são os lucros. Nesse sentido, não haverá ética ou compromisso real com a Educação pública e de qualidade. Observamos isso já pelo fato de que o CAEd cria um pacote completo para os governos: “avaliação” dos alunos; “avaliação” de professores; elaboração de “cursos” de “formação” para os professores etc. O próprio Centro elabora as provas e indica o que “precisa” ser “mudado”, elaborando “cursos / medidas” que eles mesmos vendem para “solucionar” os problemas da Educação. Tudo isso é engolido pelos governos e vomitado goela abaixo dos estudantes e trabalhadores da Educação por esses governos. No fim, o CAEd é o que mais lucra com a venda do pacote

todo. Por sua parte, os governos compram uma “justificativa”, uma forma de pressão maior, para aplicar suas medidas autoritárias e políticas neoliberais. Já os trabalhadores, amargam com a culpabilização e pressão de cima, sofrendo o arrocho para apresentar mais resultados! O CAEd representa claramente a tentativa de, cada vez mais, transformar a Educação em mercadoria; e/ou, sugar dinheiro público às expensas de uma Educação realmente de qualidade. Dinheiro que poderia ser investido em mudanças reais ou necessidades mais urgentes.

ESSA É A INSTITUIÇÃO QUE TAQUES CONTRATOU PARA AVALIAR OS RESULTADOS DA EDUCAÇÃO NO MATO GROSSO! COM INTERESSES PRIVADOS E COM O COMPROMISSO DE PROPAGANDEAR RESULTADOS MENTIROSOS! MUNIDOS DISSO, O GOVERNO PRETENDE ESTABELECEP PUNIÇÕES AOS EDUCADORES E ÀS UNIDADES QUE NÃO OBTIVEREM RESULTADOS POSITIVOS. DIGA-SE DE PASSAGEM, AQUI ENTENDE-SE COMO “POSITIVO” O QUE ATENDE AOS INTERESSES DO GOVERNO E DO PADRÃO DESSA INSTITUIÇÃO, NEM QUE PARA ISSO SEJA PRECISO FRAUDES!

Pedro Taques
Foto: Reprodução/Web



A escolha de diretores e coordenadores está prevista e amparada pela legislação brasileira. A Constituição Federal de 1988 aponta a gestão democrática como um dos princípios para a educação brasileira e ela é regulamentada por leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional da Educação, em seu artigo 22. No Mato Grosso, os coordenadores eram escolhidos pela própria comunidade das escolas, mas a portaria publicada pelo Governo do Estado contém uma mudança, que impede que eles assumam o cargo. A portaria prevê um processo de eleição que começa com a inscrição de candidatos nas assessorias pedagógicas para processo seletivo e avaliações de título, para depois as escolas participarem. Ou seja, para que efetivamente seja exercida a autonomia das escolas e sua participação na escolha de seus gestores, a comunidade escolar fica refém do crivo da SEDUC, que escolhe o perfil do coordenador. Impede que a vontade da comunidade seja posta em prática e, o que é pior, não permite que se construa uma cultura escolar reivindicativa, selecionando gestores que, aos olhos da SEDUC, sejam cumpridores exemplares de tarefa, que atendam os interesses da SECRETARIA E NÃO DA COMUNIDADE!

A conclusão para isso é a mesma de sempre: segundo o secretário-adjunto de Política Educacional, Gilberto Fraga, essas medidas levam a crer que “se o aluno não está aprendendo é porque também tem alguém que não está ensinando”



Não levam em consideração que mais de 60% da categoria é contratada e, a cada ano, o governo tem fragilizado ainda mais a situação da categoria. Exemplo disso é a não abertura do concurso, que foi um dos compromissos do governo Silval e que foi endossada pelo governo Taques. Sabemos que isso é desculpa para vender definitivamente a educação para o setor privado! Muito provável que o modelo adotado seja o mesmo do governo de Marconi Perillo em Goiás, educação administrada por organizações sociais (OSs), terceirizando a pasta e estabelecendo uma situação não de exceção, mas de regra, com o fim de concursos públicos para a educação e contratação de professores sem garantia de estabilidade. Passariam a trabalhar com o regime celetista, que, como sabemos, atende interesses da empresa que contrata e não da categoria.

Além de fragilizar os direitos trabalhistas, acabariam com a possibilidade de organização da mesma, pois, ao menor sinal de descontentamento ou reivindicação de direitos, basta demitir!

Sabemos da urgência de nos organizar! Segundo o Presidente do Sintep-MT (Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso), “O desafio do segundo ano do Governo Taques na Educação parece estar claro: o ataque às conquistas da categoria e da sociedade mato-grossense. Eis que chega a hora de fazermos valer a luta para manter nossas conquistas!”

(http://sintep2.org.br/sintep/mais_leitura.php?leitura=2), ficou animado? NÃO FIQUE! Quantas vezes a atual direção passou em uma unidade escolar que você tenha contato para discutir essas possibilidades? DIZEMOS QUE NÃO PASSARAM E NÃO VÃO PASSAR! A direção da subsede de Cuiabá, em episó-

dios presenciados por vários trabalhadores da Educação no recente PSS, FEZ uma defesa desse modelo. Ao invés de fazer a luta e autocritica, preferem dizer que “são de luta” e que quem discorda quer fragmentar, dividir a luta, quando, na verdade, o que falta para a direção é coragem de problematizar tudo que ocorreu nesse período recente. Ao contrário! Muitos defendem a ideia de que pauta de interino é concurso e que se reivindicamos direitos para os mesmos estamos fragilizando os concursados! Aí está! Ao que tudo indica, não haverá mais concursos, então os privilegiados podem ficar tranquilos, pois todos serão contratados! Quem quer dividir a categoria? Reflitam!

Façam uma pesquisa nos sites ligados ao sindicato e vejam o que publicaram durante todo o período! A produção é pífia! O que mostra um total descompromisso com a categoria. Em vez disso, perdem-se em publicar notas que, sozinhas, não fazem nossa luta, não funcionam como pressão alguma. Ou, perdem-se em uma defesa cega governista e partidária; que parece ser mais importante que nossas pautas!

A direção passou um tempo dando ênfase para a chamada greve nacional da educação que ocorreu de 15 a 17 de março. Greve de três dias? Quando a categoria foi consultada para discutir isso? Quem disse que queremos três dias de greve? A direção supervalorizou uma chamada nacional da CNTE, que ocorre todos os anos, mas não aproveitou o momento para alavancarmos nossas pautas locais ou combatermos todos os ataques sofridos ultimamente. Tanto a direção do SINTEP/MT quanto a direção da CNTE têm se voltado mais para uma defesa do governo do que para nossas lutas. Todos os anos, chamam a greve nacional de três dias, mas a CNTE parece esquecer que a luta continua no restante do ano. Nos demais meses, não vemos qualquer atuação significativa ou luta real. Vamos dizer a essas direções que o sindicato somos nós e nossa voz deve ecoar! Queremos uma luta combativa em defesa de nossos direitos, chega de peleguismo no nosso sindicato!

CHEGA DE SUCATEAMENTO! É HORA DE RESISTIR E COMBATER OS ATAQUES FEITOS PELO GOVERNO! NÓS SÓ ACREDITAMOS NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PELA BASE, DE BAIXO! OMBRO A OMBRO, NO DIA A DIA, NA LUTA DIÁRIA! LUTAR, CRIAR, UM PODER QUE EMANA DOS DE BAIXO!



Não ceder nenhum direito ao governo, os patrões e os pelegos

nem redução salarial e nem terceirizações



avançar as greves e piquetes pela base com sindicalismo de ação direta!

Contato e Publicações:
Página no Facebook: Rusga Libertária
Blog/Site: rusgalibertaria.noblogs.org
E-mail: rusgalibertaria@riseup.net

